

FAX

**Exmo. Senhor Ministro da Economia,
da Inovação e do Desenvolvimento**

Data: 07-01-2010

V/Tel.: 21 324 54 00 **V/Fax:** 21 324 54 40

Assunto: Pedido de reunião

Com vista à prossecução do seu objecto social, consubstanciado na representação, defesa e promoção dos interesses económicos, sociais e profissionais dos seus associados, a ADAPCDE - Associação para o Desenvolvimento das Actividades em Portugal de Circos, Divertimentos e Espectáculos já formulou ao Governo diversos pedidos, nomeadamente:

- Uma regulamentação adequada dos circos, dos divertimentos, dos espectáculos, da restauração temporária, bem como dos eventos onde tais actividades ocorrem, mormente feiras, festas e romarias, com apresentação da respectiva proposta, em 21-09-2007, a qual foi objecto de aditamento em 23-07-2009;

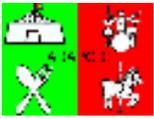
- Um aditamento ao Decreto-Lei n.º 42/2008, de 10 de Março, que aprova o regime jurídico a que fica sujeita a actividade de comércio a retalho exercida por feirantes e o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam, em 18-03-2008;

- A criação de medida similar ao cartão de feirante, em 27-06-2008;

- A confirmação de que as normas do Decreto-Lei n.º 42/2008 não se aplicam aos serviços de restauração temporária prestados nas feiras, em 08-09-2008;

- Um esclarecimento sobre o âmbito de aplicação do Decreto Regulamentar n.º 20/2008, de 27 de Novembro, que estabelece os requisitos específicos relativos às instalações, funcionamento e regime de classificação de estabelecimentos de restauração ou bebidas, em 04-12-2008;

- A revogação do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de Setembro, que define o regime do licenciamento dos recintos itinerantes e improvisados, bem como as normas técnicas e



de segurança aplicáveis à instalação e funcionamento dos equipamentos de diversão instalados nesses recintos, em 27-10-2009.

Todavia, a maioria destas solicitações ainda não foi acolhida, o que provavelmente se deve à falta de conhecimento da realidade dos referidos sectores de actividade, designadamente das dificuldades e dos problemas profissionais vivenciados por quem neles labora, os quais, face à inércia do Governo, têm vindo a agudizar-se e a desencadear sério descontentamento, que pode dar origem à eclosão de manifestações semelhantes à que assistimos na passada terça-feira, através dos meios de comunicação social, embora com dimensões superiores, face à intervenção não só dos empresários das diversões mas também de todos quantos exercem actividades em feiras, festas e romarias, inclusive os que se dedicam à arte circense.

Em 27/10/2009 solicitámos uma audição com o Gabinete do Primeiro-Ministro a fim de debater os problemas reais dos sectores que representamos. Salientamos que todos os assuntos foram encaminhados para o Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, mas até o momento ainda não recebemos nenhum retorno.

A fim de evitar que o descontentamento adquira tamanhas proporções, requeremos a V. Ex.^a que, na sequência da audição da APED, receba também a presente Associação que, desde já, se propõe explicar e debater, com o intuito de alcançar uma solução que sirva os interesses de ambas as partes, todos os problemas inerentes a tais actividades, sob pena de, não o fazendo, se elaborar uma petição para os mesmos serem discutidos na Assembleia da República.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Atentamente

O Presidente

(Mário Loureiro, Mestre em Eng.^a Mecânica)